

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: RELAÇÃO DAS ABORDAGENS ORGANIZACIONAIS COMO FORMA DE COMPREENSÃO DA REALIDADE

SUSTAINABLE DEVELOPMENT: LINKING ORGANIZATIONAL APPROACHES AS A FORM OF
UNDERSTANDING REALITY

DESARROLLO SOSTENIBLE: LA RELACIÓN DE LOS ABORDAJES ORGANIZACIONALES COMO
FORMA DE COMPRENSIÓN DE LA REALIDAD

Luciano Munck

Doutor em Administração pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da
Universidade de São Paulo (FEA/USP)
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Administração da
Universidade Estadual de Londrina (PPGA/UEL)
munck@uel.br

Rafael Borim de Souza

Doutorando em Administração na linha de Administração de Tecnologia, Qualidade e Competitividade pelo
Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Paraná (PPGADM-UFPR) e
Mestre em Administração pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Estadual de
Maringá em Consórcio com a Universidade Estadual de Londrina (PPA-UEM/UEL) (2010)
rafaborim@yahoo.com

Submetido em: 08/05/2010

Aprovado em: 13/06/2011

RESUMO

Este artigo foi desenvolvido com o objetivo geral de estabelecer um diálogo entre diferentes abordagens teóricas da Administração e relacioná-las à temática desenvolvimento sustentável. Para tanto, houve a necessidade de selecionar alguns modelos de compreensão de realidade ofertados por autores vinculados aos estudos das teorias organizacionais; interrelacionar os modelos de compreensão selecionados por meio de um quadro de complementaridade para o estabelecimento de possíveis recortes de análise que permitam o estudo do desenvolvimento sustentável junto às abordagens organizacionais; e, verificar se o desenvolvimento sustentável se apresentaria como um fenômeno capaz de ser inserido em apenas um dos modelos, paradigmas e pontos de interseção analisados, ou como um tema necessário de ser explorado por uma combinação infinita entre essas observações da realidade complexa. Em termos metodológicos classifica-se a pesquisa como qualitativa, teórica, exploratória e bibliográfica. Para que a viabilidade do estudo fosse garantida, uma vez que inúmeras são as possibilidades de classificação dos paradigmas e diversas as abordagens de interpretação da realidade, foram selecionadas as contribuições oriundas dos modelos heurísticos de Ramos (1983), dos paradigmas de Burrell e Morgan (1979) e dos pontos de interseção propostos por Reed (2007). Por meio do estudo realizado foi possível constatar que o paradigma sustentável, ou seja, aquele que fundamenta as premissas de um desenvolvimento sustentável, não representa algo inédito à academia. Em síntese, o desenvolvimento sustentável é um fenômeno capaz de ser compreendido em nível macro pelos três modelos heurísticos (arcaico, transição, atualizante) de Ramos (1983), discutidos pelos quatro paradigmas (sociologia funcionalista, sociologia interpretativa, humanismo radical, estruturalismo radical) de Burrell e Morgan (1979), e explicados pelos quatro pontos de interseção (atuação/estrutura, construtivista/positivista, local/global e individualista/coletivista) propostos por Reed (2007).

PALAVRAS-CHAVE: desenvolvimento sustentável, modelos de compreensão, abordagens organizacionais

ABSTRACT

This article was developed with the main objective of establishing a dialogue between different theoretical approaches in the area of organizational studies, and linking them to the theme of sustainable development. In order to do so, some models of understanding reality offered by researchers in the field of organizational studies were selected; these models were then interrelated, using a complementarity framework to establish possible areas of analysis that enable a study of sustainable development alongside organizational approaches; and it was determined whether sustainable development is a phenomenon that can be explained by a single paradigm, heuristic model or intersection point, or as a theme that needs to be explored by an infinite combination of these observations of complex reality. A qualitative, theoretical, exploratory study was carried out, with a bibliographic review. Observing the validation of this study, the contributions of the heuristic models of Ramos (1983), the paradigms of Burrell and Morgan (1979) and the intersection points of Reed (2007) were adopted as the main references. It was noted that the sustainable paradigm, i.e. the one that forms the basis of a sustainable development, does not represent anything new to academics. Sustainable development is a phenomenon that can be understood, on a macro level, by the three heuristic models (archaic, transitional, actualizing) of Ramos (1983), discussed by the four paradigms (functionalist sociology, interpretative sociology, radical humanism, radical structuralism) of Burrell and Morgan (1979) and explained by the four intersection points (acting/structure, constructivist/positivist, local/global and individualist/collectivist) proposed by Reed (2007).

KEY WORDS: sustainable development, models of understanding, organizational approaches

RESUMEN

Este artículo fue desarrollado con el objetivo general de establecer un diálogo entre diferentes abordajes teóricos de la Administración y relacionarlos a la temática del desarrollo sostenible. Para ello fue preciso seleccionar algunos modelos de comprensión de la realidad ofrecidos por autores vinculados a los estudios de las teorías organizacionales; interrelacionar los modelos de comprensión seleccionados por medio de un cuadro de complementariedad para el establecimiento de posibles recortes de análisis que permitan el estudio del desarrollo sostenible junto a los abordajes organizacionales; y verificar si el desarrollo sostenible se presentaría como un fenómeno capaz de ser incluido en solamente uno de los modelos, paradigmas y puntos de intersección analizados, o como un tema que necesita ser explorado por una combinación infinita entre esas observaciones de la realidad compleja. En términos metodológicos, la investigación se clasifica como cualitativa, teórica, exploratoria y bibliográfica. Para que la viabilidad del estudio estuviese garantizada, ya que son innumerables las posibilidades de clasificación de los paradigmas y diversos los abordajes de interpretación de la realidad, fueron seleccionadas las contribuciones originadas en los modelos heurísticos de Ramos (1983), en los paradigmas de Burrell y Morgan (1979) y en los puntos de intersección propuestos por Reed (2007). Por medio del estudio realizado fue posible constatar que el paradigma sostenible, es decir aquel que fundamenta las premisas de un desarrollo sostenible, no representa algo inédito en la academia. En síntesis, el desarrollo sostenible es un fenómeno capaz de ser comprendido a nivel macro por los tres modelos heurísticos (arcaico, transición, actualizante) de Ramos (1983), discutidos por los cuatro paradigmas (sociología funcionalista, sociología interpretativa, humanismo radical, estructuralismo radical) de Burrell y Morgan (1979), y explicados por los cuatro puntos de intersección (actuación/estructura, constructivista/positivista, local/global e individualista/colectivista) propuestos por Reed (2007).

PALABRAS CLAVE: desarrollo sostenible, modelos de comprensión, abordajes organizacionales

1 INTRODUÇÃO

Os estudos organizacionais, em um dos seus principais enfoques, se preocupam com o provimento de explicações plausíveis que venham retratar a comprovação dos movimentos sociais como estratégias propiciadoras do desenvolvimento. Esta é uma consequência do exercício das organizações e se estabelece junto ao meio com benefícios e prejuízos. Dentro do que se pode considerar “prejuízos”, o advento dos malefícios sociais, constatados por problemáticas ambientais e desigualdades entre os povos, tem orientado diferentes comunidades a questionar metodologias de atuações econômicas irresponsáveis.

As exigências de diferentes comunidades (científicas, organizacionais, sociais) por um desenvolvimento sustentável, definido por Brundtland (1987) como aquele que não compromete a sobrevivência de gerações futuras através da exploração responsável de recursos naturais no presente, conquistam cada vez mais espaço junto aos meios acadêmicos, midiáticos e organizacionais. Esta concepção de desenvolvimento agrega em si definições convencionais sobre os objetivos econômicos e sociais da humanidade por uma visão de longo prazo ao considerar questões ambientais em suas premissas.

Apesar de amplamente disseminado em âmbito global, o desenvolvimento sustentável, em seu tratamento científico diretamente relacionado ao comportamento das organizações, é observado como um fenômeno carente de exploração, principalmente por pesquisas amparadas pela Administração. Nesse sentido, a realização de estudos empíricos que analisem a validade de ações organizacionais orientadas para o desenvolvimento sustentável pede o conhecimento de sua qualificação teórica.

Neste artigo tem-se por objetivo estabelecer um diálogo entre diferentes abordagens teóricas da Administração e relacioná-las à temática ‘desenvolvimento sustentável’, para tanto houve a necessidade de selecionar alguns modelos de compreensão de realidade ofertados por autores vinculados aos estudos das teorias organizacionais; de interrelacionar os modelos de compreensão selecionados por meio de um quadro de complementaridade para o estabelecimento de possíveis recortes de análise que permitam o estudo do desenvolvimento sustentável junto às abordagens organizacionais; e, de verificar se o desenvolvimento sustentável se apresenta como um fenômeno capaz de ser inserido em apenas um dos modelos, paradigmas e pontos de interseção analisados, ou como um tema necessário de ser explorado por uma combinação infinita entre essas observações da realidade complexa.

Desse esforço espera-se extrair um modelo de compreensão da realidade amparado por um paradigma possível de ser explicado por um corpo teórico que alinhe a interdisciplinaridade da sustentabilidade e os choques paradigmáticos das teorias organizacionais. Não objetiva-se nesta pesquisa a disseminação de uma abordagem específica e a promoção da extinção de determinados modelos paradigmáticos. Em verdade, o que se deseja, por meio deste estudo, é ressaltar que a complexidade do tema desenvolvimento sustentável se acentua quando unido à ciência das organizações e, bem por isso, sua dimensão analítica não pode ser suprida por uma única fonte de conhecimento que esteja estruturada em um monoculturalismo individualista.

Frente ao anseio de responder ao objetivo proposto foram abordados os modelos heurísticos de Ramos (1983), os paradigmas de Burrell e Morgan (1979) e os pontos de interseção propostos por Reed (2007). A seleção das contribuições destes autores, feita a partir dos critérios de abrangência da teoria e reconhecida a coerência de suas premissas, se fez necessária a fim de viabilizar a discussão proposta, uma vez que existem outras possibilidades de classificação dos paradigmas e inúmeras abordagens de interpretações da realidade.

Essas três contribuições foram apresentadas separadamente e em sequência unidas por meio de uma análise integrativa às considerações sobre sustentabilidade proferidas por diferentes autores. Para uma melhor compreensão da problemática abordada pelo presente artigo, optou-se por sua divisão em sete seções: introdução; metodologia; a compreensão de uma realidade estruturada por um desenvolvimento sustentável; as interrelações entre os modelos heurísticos, os paradigmas e os pontos de interseção; o desenvolvimento alicerçado em premissas sustentáveis; modelos heurísticos, paradigmas e pontos de interseção à compreensão do desenvolvimento sustentável; e, considerações finais

2 METODOLOGIA

Este artigo foi desenvolvido com o objetivo geral de estabelecer um diálogo entre diferentes abordagens teóricas da Administração e relacioná-las à 'temática desenvolvimento sustentável'. Este objetivo requereu o alcance dos seguintes objetivos específicos: selecionar alguns modelos de compreensão de realidade ofertados por autores vinculados aos estudos das teorias organizacionais; interrelacionar os modelos de compreensão selecionados por meio de um quadro de complementaridade para o estabelecimento de possíveis recortes de análise que permitam o estudo do desenvolvimento sustentável junto às abordagens organizacionais; e, verificar se o desenvolvimento sustentável se apresenta como um fenômeno capaz de ser inserido em apenas um dos modelos, paradigmas e pontos de interseção analisados, ou como um tema necessário de ser explorado por uma combinação infinita entre estas observações da realidade complexa.

A indicação dos objetivos supramencionados determinou o desenvolvimento de uma pesquisa qualitativa, teórica, exploratória e bibliográfica. Dentre as perspectivas de pesquisa qualitativa existentes, a adotada para elaboração e condução do estudo apresentado por meio deste artigo tem a ver com uma abordagem caracterizada pela tentativa de reconstruir estruturas profundas que geram ação e significado (REICHERTZ, 2004). Por este delineamento é possível caracterizar o artigo desenvolvido como uma pesquisa qualitativa orientada pela escola da teoria fundamentada de acordo com as assertivas de Glaser e Strauss (1967).

Para Flick (2009) a ideia de desenvolvimento da teoria é adotada como um objetivo geral da pesquisa qualitativa, o que é confirmado por Jabareen (2009) ao manifestar que, quando uma pesquisa busca conciliar conceitos, informações, variáveis e discussões para a formação de uma nova abordagem explicativa a respeito de um fenômeno multidisciplinar, como o desenvolvimento sustentável, persiste uma tentativa de se fundamentar um estudo plenamente teórico que dê conta de explorar os relacionamentos em investigação.

Demo (2000) considera que uma pesquisa teórica é aquela que se dedica a reconstruir teorias, conceitos, ideias, polêmicas, uma vez que, por um imediatismo metodológico, procura aprimorar fundamentos teóricos não muito bem alicerçados. O próprio Demo (1994) ressalta que uma pesquisa teórica não exige e, principalmente, não implica uma imediata intervenção na realidade, mas, nem por isso ela deixa de ser importante, pois é por ela que são criadas condições para futuras investigações empíricas.

Marconi e Lakatos (2010) complementam as considerações de Demo (1994, 2000) ao admoestarem que estudos teóricos objetivam criar corpos de conhecimento que visam compreender e explicar os fenômenos por uma concepção mais ampla, por meio de reconstruções conceituais de estruturas que objetificam esses mesmos fenômenos. Esforços de pesquisas teóricas são justificáveis quando os fatos e as relações sobre um determinado tema de estudo ainda não estão satisfatoriamente explicados.

Toda essa categorização definiu o caráter exploratório da pesquisa. A pesquisa exploratória intenta conhecer as características de um fenômeno para posteriormente buscar explicações de suas causas e consequências (RICHARDSON, 2008). Essa análise exploratória dos objetivos de pesquisa foi permitida por procedimentos técnicos retidos a um extenso levantamento bibliográfico. Martins e Theóphilo (2007) consideram que a pesquisa bibliográfica é uma estratégia necessária para a condução de qualquer pesquisa científica, pois procura explicar e discutir um assunto, tema ou problema com base em referências publicadas em livros acadêmicos, periódicos e anais de congressos nacionais e internacionais. Em sequência iniciam-se as discussões teóricas.

3 A COMPREENSÃO DE UMA REALIDADE ESTRUTURADA POR UM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Por esta seção intenta-se encontrar abordagens de compreensões da realidade que permitam um melhor entendimento de um desenvolvimento sustentável. Espera-se, em termos mais simples, observar um modelo paradigmático que se alinhe aos preceitos sustentáveis, ou seja, identificar uma maneira de ver o mundo por meio dos anseios sociais, econômicos e ambientais assumidos pelas discussões sobre sustentabilidade.

Para tanto serão apresentados os modelos heurísticos defendidos por Ramos (1983), os paradigmas discutidos por Burrell e Morgan (1979) e os pontos de interseção de Reed (2007).

3.1 Os modelos heurísticos de Ramos

Em uma análise sobre a evolução tecnológica e a Administração, Ramos (1983) em seu livro 'Administração e Contexto Brasileiro: esboço de uma teoria geral da administração' apresentou três modelos heurísticos: arcaico, transição e atualizante, caracterizados no **Quadro 1**.

Modelo Arcaico	Modelo de Transição	Modelo Atualizante
Mais rudimentar, presente em regiões ingressantes ao capitalismo	Corresponde a uma fase do capitalismo em que se divisam efetivas tendências para o desenvolvimento autopropulsionado e assimilação crescente das mais modernas técnicas de produção e relações humanas	Um modelo limite, no sentido de que não se configurou ainda em nenhum lugar. Trata-se de um modelo característico de sistemas econômicos dinâmicos e aptos à utilização sistemática de inovações

Quadro 1 – Os modelos heurísticos de Ramos (1983)

Fonte: elaborado de acordo com as contribuições de RAMOS (1983).

A qualificação de uma região, ou nação, em referência ao modelo no qual está inserida, por meio da complexidade da evolução tecnológica, se estabelece pela consideração dos seguintes fatores: instrumento do trabalho; processo de produção; sistema de produção; qualidade da produção; consumo de energia; materiais; razão capital/trabalho; e, técnica administrativa. Quando a observação se dá por uma abordagem administrativa, a função de dependência migra para os seguintes tópicos: aptidões profissionais ligadas à produção; responsabilidade do trabalhador sobre a produção; natureza da motivação do trabalhador; comunicações; elaboração de decisões; tipos de consentimento; produtividade; e, *feedback* (RAMOS, 1983).

Os três modelos heurísticos apresentados por Ramos (1983) foram concebidos por meio de uma atenção direcionada ao campo da produção industrial. Eles descrevem estágios diferentes da implantação do modelo capitalista nas nações. Segundo o autor, "é óbvio e acontece, de fato, que as sociedades apresentam simultaneamente todos os modelos" (RAMOS, 1983, p.76).

No entanto, uma região que apresenta todos os elementos de um modelo é estrutural e funcionalmente distinta da que apresenta apenas alguns desses elementos. As diferenças entre as várias sociedades, do ponto de vista dos modelos, são estabelecidas em níveis de divergência. Em relação à evolução tecnológica da produção e as etapas da evolução tecnológica, os modelos 'evoluem' gradativamente segundo os fatores apresentados anteriormente, e trazem consigo uma ambiguidade: à medida que a capacidade produtiva do capitalismo alcança maiores escalas, maior o nível de participação social exigido em inúmeras decisões, mas, em contrapartida são necessárias cada vez menores quantidades de mão-de-obra. Produz-se mais com menos pessoas exercendo suas funções.

3.2 Os paradigmas apresentados por Burrell e Morgan

Um paradigma refere-se a um corpo de ideias, assunções maiores, conceitos, proposições, valores e metas de uma área substantiva que influencia a maneira pela qual as pessoas observam o mundo, conduzem pesquisas científicas e aceitam formulações teóricas. Esses paradigmas são a base das teorias normais. No entanto, as teorias normais produzem anomalias que não podem ser resolvidas por explicações oriundas de paradigmas já existentes. Quando da constatação dessas discrepâncias, observam-se novas criações e aberturas confluentes na ascensão de um novo paradigma, o qual assume um espaço representativo em meio as discussões científicas e repõe o paradigma antigo, então admitido como inconsistente em suas proposições para com a realidade vivenciada (KUHN, 1970).

Gibson Burrell (2007, p.445) complementa ao considerar que os

paradigmas definem, em um senso acordado e profundamente assentado, de uma forma de ver o mundo e como este deveria ser estudado, e que este ponto de vista é compartilhado por

um grupo de cientistas que vivem em uma comunidade marcada por uma linguagem comum, que buscam fundar um edifício conceitual comum, e que são possuídos por uma postura política muito defensiva em relação aos de fora.

Burrell e Morgan (1979) na obra *'Sociological Paradigms and Organizational Analysis'* ao analisarem diferentes vertentes da teoria social e da teoria organizacional, concluíram que estas discussões poderiam ser amparadas por quatro amplas visões de mundo, ou seja, quatro paradigmas. Estes são representados "em diferentes conjuntos de pressuposições metateóricas sobre a natureza da ciência, a dimensão subjetivo-objetiva, e a natureza da sociedade, a dimensão da mudança por regulação ou por via radical" (MORGAN, 2007, p.15).

Dado que sociologia e teoria organizacional são partes não litigiosas da ciência social [...] qualquer afirmação feita nessas áreas de uma natureza especulativa tem que fazer suposições tanto sobre a natureza da sociedade, quanto sobre a natureza da ciência. Se isso não for feito, consciente ou inconscientemente, então não está sendo feita uma afirmação da ciência social. Burrell e Morgan tentaram identificar a natureza dessas afirmações em dois eixos que, ao serem colocados em ângulo reto, criam quatro paradigmas mutuamente excludentes (BURRELL, 2007, p.446).

Cada um desses paradigmas – funcionalista, interpretativista, humanista radical e estruturalista radical – segundo Morgan (2007, p.15), "representa uma rede de escolas de pensamento interrelacionadas, diferenciadas em abordagem e perspectiva, mas que compartilham pressupostos fundamentais sobre a natureza da realidade que tratam". Estes paradigmas são detalhados por meio do Quadro 2.

Paradigma Funcionalista	Este paradigma se baseia na pressuposição de que a sociedade tem existência concreta e real e um caráter sistêmico orientado para produzir um estado de coisas ordenado e regulado. Ele estimula uma abordagem para a teoria social que focaliza o entendimento do papel dos seres humanos na sociedade. O comportamento é sempre visto como algo que está contextualmente atado a um mundo real de relacionamentos sociais concretos e tangíveis. Os pressupostos ontológicos estimulam a crença na possibilidade de uma ciência social objetiva e isenta de conotações de valor, em que o cientista se distancia da cena que ele ou ela está analisando com o rigor e a técnica do método científico. A perspectiva funcionalista é fundamentalmente reguladora e prática, em sua orientação básica, e está interessada em compreender a sociedade de maneira que produza conhecimento empírico útil.
Paradigma Interpretativista	Este paradigma se baseia na visão de que o mundo social possui uma situação ontológica duvidosa e de que o que passa por realidade social não existe em sentido concreto, mas é produto da experiência subjetiva e intersubjetiva dos indivíduos. A sociedade é entendida a partir do ponto de vista do participante em ação, em vez do observador. O teórico social interpretativista tenta compreender o processo pelo qual as múltiplas realidades compartilhadas surgem, se sustentam e se modificam. Da mesma forma que a abordagem funcionalista, a interpretativista se baseia na pressuposição e na crença de que há uma ordem e um padrão implícito no mundo social; no entanto, o teórico interpretativista vê a tentativa do funcionalista de estabelecer uma ciência social objetiva como um fim inatingível. A ciência é considerada uma rede de jogos de linguagem, baseada em grupos de conceitos e regras subjetivamente determinados, que os praticantes da ciência inventam e seguem. Vê-se que a situação do conhecimento científico é, portanto, tão problemática quanto o conhecimento do senso comum da vida diária.
Paradigma Humanista Radical	Este como o paradigma interpretativista, enfatiza como a realidade é socialmente criada e socialmente sustentada, mas vincula sua análise ao interesse em alguma coisa que pode ser descrita como uma patologia da consciência, pela qual os seres humanos se aprisionam dentro de fronteiras da realidade que eles mesmos criam e sustentam. Essa perspectiva se baseia na visão de que o processo de criação da realidade pode ser influenciado por processos psíquicos e sociais que canalizam, restringem e controlam as mentes dos seres humanos de maneira a aliená-los em relação às potencialidades inerentes à sua verdadeira natureza de humanos. A crítica contemporânea do humanismo radical enfoca os aspectos alienadores dos vários modos de pensamento e ação que caracterizam a vida nas sociedades industriais. Vê-se, por exemplo, o capitalismo como algo essencialmente totalitário, a ideia de acumulação de capital como algo que modela a natureza do trabalho, da tecnologia, da racionalidade, da lógica da ciência, dos papéis, da linguagem, que mistifica conceitos ideológicos como escassez, lazer e assim por diante. Os conceitos que o teórico funcionalista pode considerar como blocos de construção da ordem social e da liberdade humana são, para o humanista radical, modos de dominação ideológica. O humanista radical está interessado em descobrir como as pessoas podem associar pensamento e ação (<i>práxis</i>) como um meio para transcender sua alienação.

Paradigma Estruturalista Radical	<p>A realidade definida pelo paradigma estruturalista radical, assim como a do humanista radical fundamenta-se na visão de que a sociedade é uma força potencialmente dominadora. No entanto, ela está vinculada a uma concepção materialista do mundo social, definida por estruturas sólidas, concretas e ontologicamente reais. Vê-se a realidade como uma coisa que existe por si própria, de uma forma independente de como é percebida e reafirmada pelas pessoas em suas atividades do dia-a-dia. Vê-se essa realidade como algo que se caracteriza por tensões e contradições intrínsecas entre elementos antagônicos, o que, inevitavelmente, leva a uma mudança radical no sistema. O estruturalista radical está interessado em compreender essas tensões intrínsecas e a maneira como os detentores do poder na sociedade procuram controlá-las por meio de vários modos de dominação. Põe-se a ênfase sobre a importância da práxis como meio de transcender essa dominação.</p>
----------------------------------	---

Quadro 2 – Os paradigmas propostos por Burrell e Morgan (1979)

Fonte: Elaborado a partir das contribuições de MORGAN (2007, p.16-17).

A obra de Burrell e Morgan (1979) é muito criticada e de acordo com Burrell (2007, p.446) no que o livro

pode ter tido sucesso foi em ressaltar a falência do campo da teoria organizacional com seus grupos conflitantes, e em demonstrar que sua orientação funcionalista, enquanto popular, politicamente superior e comum, não era de forma alguma a única estrada possível aberta para a análise organizacional.

O paradigma funcionalista representa uma perspectiva firmemente enraizada na sociologia da regulação e por meio dele a realidade é observada por uma lente objetivista (BURRELL; MORGAN, 1979). Segundo Gil (2008) as origens do funcionalismo remetem aos positivistas Herbert Spencer e Émile Durkheim. Sua consolidação como método de investigação social, entretanto, ocorreu com Bronislaw Malinowski, para o qual o raciocínio básico do funcionalismo é: “se os homens têm necessidades contínuas como uma consequência de sua composição biológica e psíquica, então essas necessidades básicas irão requerer formações sociais que satisfaçam efetivamente tais necessidades” (GIL, 2008, p.19).

O funcionalismo se faz semelhante ao estruturalismo pelo fato de o cientista engajar-se totalmente com a ciência, todavia, para um estruturalista a ciência tem um fim diferente. O estruturalismo radical concentra-se na mudança radical, emancipação e potencialidade, em uma análise que enfatiza conflito estrutural, modos de dominação, contradição e privação (BURRELL; MORGAN, 1979).

O estruturalismo radical advoga as teorias de mudança radical a partir de uma perspectiva objetivista. A dimensão desse paradigma centraliza-se na concepção materialista do mundo social, ligadas por estruturas concretas e reais. Este paradigma propõe uma crítica aos *status quo* e sugere ao homem uma práxis política. Esta perspectiva compreende que as patologias sociais são produtos da desigualdade do poder na sociedade. Desta situação emergem conflitos, tensões e desequilíbrios, os quais são solucionados por mudanças fundamentais nas formas como a sociedade está organizada e no modo como os seus recursos são distribuídos (GARCIA; MINUZZI, 2005).

O estruturalismo radical, por conceder pouca relevância ao papel e natureza do homem como ser individual, difere do humanismo radical que “compreende a ordem social como sendo produto de coerção e não de consentimento” (GARCIA; MINUZZI, 2005, p.2). O paradigma humanista radical é definido pela sua preocupação em desenvolver uma sociologia de mudança radical por uma abordagem subjetivista (BURRELL; MORGAN, 1979).

A teoria crítica é o enfoque deste último paradigma. Para Lincoln e Guba (2006) esta teoria em si já é observada como um paradigma que em suas muitas formulações, articula uma ontologia baseada no realismo histórico, uma epistemologia transacional e uma metodologia que é tanto dialógica quanto dialética.

Uma teoria social crítica preocupa-se, particularmente, com as questões relacionadas ao poder e à justiça e com os modos pelos quais a economia, os assuntos que envolvem a raça, a classe e o gênero, as ideologias, os discursos, a educação, a religião e outras instituições sociais e dinâmicas culturais interagem para construir um sistema social (KINCHELOE; McLAREN, 2006, p.283).

Estes mesmos autores propõem uma teoria crítica para o novo milênio, a começar pela suposição de que as sociedades do Ocidente não estão isentas de apresentarem problemas em sua democracia e em sua liberdade. Sua versão da teoria crítica rejeita o determinismo econômico, concentrando-se na mídia, na cultura, na língua, no poder, no desejo, no iluminismo crítico e na emancipação crítica. De acordo com Schwandt (2006), este esquema adota uma hermenêutica crítica.

Garcia e Minuzzi (2005) afirmam que o paradigma humanista se relaciona ao paradigma interpretativista por meio de uma visão antipositivista do mundo social. O interpretativismo é formado por uma preocupação em entender o mundo e compreender a natureza fundamental do mundo social por um patamar subjetivista orientado por contribuições advindas da sociologia da regulação (BURRELL; MORGAN, 1979).

Este paradigma opõe-se ao gerencialismo da teoria organizacional formal por seu alinhamento com a mudança social. Neste, as organizações são compreendidas como criações em vez de entidades naturais, logo, podem ser mudadas mediante a intervenção social. Este paradigma defende que as organizações devem ser explicadas pelo conhecimento das intenções que fazem as pessoas agirem, e isso requer um conjunto de técnicas completamente diferente das utilizadas pelos pesquisadores organizacionais positivistas (MARSDEN; TOWNLEY, 2001).

Morgan (2007, p.17) admoesta que “cada um desses quatro paradigmas define os fundamentos dos modos antagônicos de análise social e tem implicações radicalmente diferentes para o estudo das organizações”. Entende-se, portanto que a complexidade dos estudos organizacionais atuais pode requerer a formulação de um corpo de conhecimento multi-paradigmático, uma vez que os problemas sociais contemporâneos já não conseguem ser tratados por uma ótica unilateral oriunda de corpos de conhecimentos isolados.

Esta interrelação entre os paradigmas pode resgatar a possibilidade de se qualificar mais a relação entre organizações e sociedade por meio de pesquisas que analisem seus respectivos problemas por diferentes lentes do conhecimento. No tópico onde serão tratadas as relações entre os paradigmas, os pontos de interseção e a segmentação teórica apresentados durante esta discussão, as contribuições de Burrell e Morgan (1979) serão retomadas, já com a preocupação de enquadrar o desenvolvimento sustentável dentro de um desses extratos do conhecimento.

3.3 Os pontos de interseção de Reed

Reed (2007) apresenta uma breve história dos estudos sobre as organizações. O autor distingue seis fases, nomeadas de modelo de metanarrativa interpretativa, as quais estão expostas no **Quadro 3**.

Modelo de metanarrativa interpretativa	Problemática principal	Perspectivas ilustrativas/exemplos	Transições Contextuais
Racionalidade	Ordem	Teoria das organizações clássica, administração científica, teoria da decisão, Taylor, Fayol, Simon	de Estado guarda-noturno a Estado industrial
Integração	Consenso	Relações humanas, neo-RH, funcionalismo, teoria da contingência/sistêmica, cultura corporativa, Durkheim, Barnard, Mayo, Parsons	de capitalismo empresarial a capitalismo do bem-estar
Mercado	Liberdade	Teoria da firma, economia institucional, custos de transação, teoria da atuação, dependência de recursos, ecologia populacional, teoria organizacional liberal	de capitalismo gerencial a capitalismo neoliberal
Poder	Dominação	Weberianos neo-radicalis, marxismo crítico-estrutural, processo de trabalho, teoria institucional, Weber, Marx	de coletivismo liberal a corporativismo nefocado

Conhecimento	Controle	Etnométodo, símbolo/cultura organizacional, pós-estruturalista, pós-industrialista, pós-fordista/moderno, Foucault, Garfinkel, teoria do ator-rede	De industrialismo/modernidade a pós industrialismo/pós-modernidade
Justiça	Participação	Ética de negócios, moralidade e OB, democracia industrial, teoria participativa, teoria crítica, Habermas	de democracia repressiva a democracia participativa

Quadro 3 – Narrativas analíticas em análise organizacional
Fonte: REED (2007, p.65).

Este histórico apresentado por Reed (2007), no entanto falha ao apresentar informações que melhor qualificariam as vertentes das teorias organizacionais. Pois, de acordo com Morgan (2007, p.13) “a natureza parcial e autossustentadora da ortodoxia somente se torna evidente na medida em que o teórico explicita as pressuposições básicas que desafiam os modos alternativos de visão, e começa a apreciar essas alternativas em seus próprios termos”,

Por esta consideração tomam-se as proposições de Marsden e Townley (2001) que diferem de Reed (2007) ao proporem um histórico da teoria organizacional dividido em apenas em dois momentos.

O primeiro consistiu na construção de uma teoria chamada de normal e um segundo resultou de manifestações de diversos autores e insatisfações também diversas, mas que é referido tendo sido desencadeado pelo pós-modernismo, que seria a teoria ‘Teoria organizacional contranormal’ (BERTERO, 2001, p.57).

Estas duas teorias são explicadas no **Quadro 4**.

Teoria organizacional normal	Teoria organizacional contranormal
Positivista, objetivista, realista e voltada para a eficácia e para a eficiência. Seu modelo são as ciências de tipo duro, em que conhecimentos se provam empiricamente e há um processo de acumulação	Surgiu em função de diversas insatisfações com a teoria organizacional normal. A contrateoria organizacional não produziu até o momento alternativa à teoria organizacional normal porque se perdeu nas chamadas incomensurabilidades paradigmáticas, caindo num relativismo desesperador

Quadro 4 – Teorias organizacionais normal e contranormal
Fonte: Elaborado a partir das contribuições BERTERO (2001); MARSDEN e TOWNLEY (2001).

Bertero (2001, p.58) admite que “o mundo da teoria organizacional normal não foi sequer tocado ou abalado pelas críticas e propósitos da contrateoria”. A teoria organizacional contranormal é de acordo com Marsden e Townley (2001) rica em debates, diversa em contribuições e viva em expressar seu descontentamento à normalidade das proposições precursoras, todavia, distante da realidade organizacional e especialmente da prática e da gestão.

Esta consideração dos autores é rebatida por Bertero (2001) ao considerar que não é apenas a prática que conduz a aplicabilidade da teoria. O universo administrativista vai além da dicotomia teoria *versus* prática, uma vez que se preocupa em saber se a teoria, teoria organizacional normal ou contranormal, e, também se as ciências sociais podem explicar e, portanto, lastrear a prática, no sentido da ação humana.

Marsden e Twonley (2001) consideram que cabe aos pesquisadores pós-modernos a tarefa de extrair das discussões contranormais temas que possam ser explorados, em cotidianos organizacionais, por metodologias que avancem dos propósitos positivistas e objetivistas. A ciência organizacional se desenvolve a partir da observação das falhas da normalidade teórica anterior e do ajuste das mesmas em novas proposições contranormais.

Vários temas interconectados orientam as contribuições analíticas oriundas das metanarrativas de Reed (2007) e da segmentação teórica defendida por Marsden e Townley (2001). Estas análises podem ser interpretadas como tentativas contestadas de representação e controle do entendimento da realidade em relação à prática social estratégica institucionalizada que é a organização.

Reed (2007) admoesta que assim como o discurso da teoria política, o discurso da teoria da organização deve ser considerado uma rede contestável e contestada de conceitos e teorias, que travam batalhas para impor certos significados em detrimentos de outros para o entendimento partilhado da vida organizacional na modernidade recente.

Connolly (apud REED, 2007, p.82) concebeu

a teoria política como um domínio ou espaço de conflitos, no qual interpretações rivais da vida política podem ser analiticamente identificadas e racionalmente debatidas por agentes responsáveis, sem que se apele ao provincialismo transcendental característico do universalismo epistemológico e do relativismo cultural.

Essa concepção pode ser usada para mapear temas subjacentes às teorias organizacionais, e podem ser resumidos das seguintes formas:

um debate teórico a respeito das explicações rivais sobre conceitos de 'atuação' e 'estrutura', à medida que estes são empregados como conceitos-chave de características organizacionais; um debate epistemológico entre 'construtivismo' e 'positivismo' e suas implicações para a natureza e caráter do conhecimento que os estudos organizacionais produzem; um debate analítico sobre a prioridade relativa a ser conferida, nos estudos organizacionais, ao nível 'local' em oposição ao nível 'global' de análise; um debate normativo entre o 'individualismo' e 'coletivismo' como concepções ideológicas rivais, que competem pela noção de 'viver bem' nas sociedades modernas (REED, 2007, p.82).

Estes debates compõem os pontos de interseção de Reed (2007). Eles são apresentados no Quadro 5.

O debate teórico atuação/estrutura	O debate epistemológico construtivista/positivista	O debate analítico local/global	O debate normativo individualista/coletivista
Os que enfatizam a atuação concentram-se na busca de um entendimento da ordem social e organizacional que saliente as práticas sociais por meio das quais seres humanos criam e reproduzem instituições. Os que privilegiam a estrutura ressaltam a importância dos padrões e das relações externas que determinam e circunscrevem a interação social dentro de formas institucionais específicas	O primeiro promove uma concepção da organização como sendo um artefato socialmente construído e dependente, que somente pode ser entendido em termos de convenções metodológicas altamente restritas e localizadas, sempre abertas a revisões e mudanças. O segundo trata a organização como um objeto ou entidade existindo como tal, e que pode ser explicada em termos de princípios gerais de leis que governam seu funcionamento	O debate micro/macro questiona se a ênfase deve ser dada aos aspectos íntimos e detalhados da conduta individual ou em fenômenos impessoais, de maior escala.	O individualismo oferece uma visão da organização como uma criação não intencional dos atores individuais que seguem os desígnios de seus objetivos políticos e instrumentais. O coletivismo trata a organização como uma entidade objetiva que se autoimpõe aos atores com tal força que lhes deixa pouca ou nenhuma alternativa, exceto obedecer a seus comandos.

Quadro 5 – Os pontos de interseção de Reed (2007)

Fonte: elaborado de acordo com as contribuições de REED (2007).

A exposição das metanarrativas, paradigmas e pontos de inserção frente às teorias normais e contranormais permitem uma melhor compreensão de tudo o que tem sido discutido até o momento. Entretanto, sente-se a necessidade de uma discussão adjacente sobre o debate epistemológico construtivismo/positivismo, uma vez que por ele se alcança uma melhor compreensão da segmentação entre objetivismo e subjetivismo proposta por Burrell e Morgan (1979).

O construtivismo adota uma ontologia relativista (relativismo), uma epistemologia transacional e uma metodologia dialética, hermenêutica. Aqueles que empregam esse paradigma voltam-se para a produção de interpretações reconstruídas do mundo social. Os critérios positivistas tradicionais

da validade interna e externa são substituídos por termos como fidedignidade e autenticidade. Os construtivistas valorizam o conhecimento transacional. [...] O construtivismo vincula a ação à práxis e baseia-se em argumentos anti-fundacionalistas ao mesmo tempo em que estimula textos de múltiplas vozes e experimentais (LINCOLN; GUBA, 2006, p.164).

Reed (2007, p.84) considera que

a epistemologia positivista restringe severamente o limite do conhecimento que pode ser atingido pelos estudos organizacionais, limitando-o àqueles fatos que podem ser submetidos a um método de prova rigoroso, bem como a generalizações semelhantes a leis que ela sanciona.

Ele concorda com os autores anteriores ao observar que o construtivismo adota uma posição muito mais relativista ao recair em normas e práticas comunais restritas de comunidades de pesquisa específicas, desenvolvidas ao longo do tempo. O construtivismo, apesar de ser um dos tópicos do debate epistemológico, representa uma ontologia alinhada à epistemologia convencionalista deste ponto de interseção apresentado por Reed (2007).

As narrativas racional, integracionista e de mercado apoiam firmemente a concepção estrutural da organização, se desenvolveram com base na ontologia realística e na epistemologia positivista e priorizam uma concepção mais global da realidade da organização. Os pesquisadores que trabalham segundo as tradições de poder, conhecimento e justiça preferem o conceito de atuação organizacional, são mais favoráveis a uma ontologia construtivista e a uma epistemologia convencionalista e tendem a dar destaque a processos e práticas organizacionais em nível local/micro (REED, 2007).

Em relação ao último debate, por meio das contribuições de Reed (2007), afirma-se que as narrativas 'racional' e 'de mercado' assumem uma perspectiva normativa individualista, enquanto que a narrativa integracionista apoia-se no coletivismo. As abordagens teóricas desenvolvidas com base nas estruturas de poder, conhecimento e justiça não assumem posição neste ponto de interseção, uma vez que tal opção limitaria as proposições tratadas por estas vertentes do conhecimento.

Através das considerações de Marsden e Townley (2001) e de Reed (2007) é possível esclarecer que as teorias organizacionais normais são compostas pelas metanarrativas racional, integrativa e de mercado, e que as teorias organizacionais contranormais são representadas pelas metanarrativas de poder, conhecimento e justiça.

4 AS INTERRELAÇÕES ENTRE OS MODELOS HEURÍSTICOS, OS PARADIGMAS E OS PONTOS DE INTERSEÇÃO

A proposta dos três modelos heurísticos de Ramos (1983) esteve, principalmente, em expor os cenários macros nos quais ocorrem discussões sobre as teorias organizacionais. São concepções que não se chocam com a realidade, mas que também não a aceitam de maneira alienada. Por meio dos modelos arcaico, de transição e atualizante, o autor realiza um exercício de compreensão interessante através de fatores do sistema capitalista inseridos em diferentes níveis ao redor das regiões do mundo.

O próprio autor considerou que a organização econômica do mundo caminha para uma explicação estabelecida somente com a junção destes três modelos. Todavia, apesar desta união, ainda existe uma diferenciação a ser observada, uma vez que cada região, ou nação, possui em sua complexidade social elementos que orientam a um modelo em específico com maior relevância. Entende-se, então, que os diferentes paradigmas organizacionais constituídos de suas diversas abordagens teóricas, precisam ser alicerçados em contribuições que deem conta dessa realidade não uniforme.

Para o presente estudo foram adotados os quatro paradigmas defendidos por Burrell e Morgan (1979) por meio de um exercício que adicionou às discussões os pontos de interseção propostos por Reed (2007). Pelo pressuposto de Ramos (1983) a realidade socialmente construída pode e deve ser explorada por meio de considerações científicas responsáveis por tratar, observar e analisar as estruturas dos modelos arcaico, de transição e atualizante, tanto em vias separadas como em interligações infinitas.

Por meio desta afirmativa procurou-se verificar uma relação entre os modelos, paradigmas e pontos de interseção apresentados. Pelas discussões anteriores, a teoria normal engloba as metanarrativas

racionais, integracionistas e de mercado, que conseqüentemente, são explicadas pela sociologia funcionalista. Já a teoria contranormal é constituída pelas metanarrativas do poder, conhecimento e justiça. Estas em sua vez são explicadas por três diferentes paradigmas. A metanarrativa do poder, por grande influência da teoria marxista, enquadra-se no paradigma do estruturalismo radical; a metanarrativa do conhecimento, pela relevância concedida ao símbolo e cultura organizacional, e a teoria ator-rede, explica-se pelo paradigma interpretativista, e a metanarrativa da justiça, pelo domínio da teoria crítica é compreendida pelo paradigma do humanismo radical (BERTERO, 2001; BURELL; MORGAN, 1979; MARSDEN; TOWNLEY, 2001; REED, 2007).

Abaixo, apresenta-se a Figura 1, a qual ilustra toda esta interrelação.

MODELO ARCAICO + MODELO DE TRANSIÇÃO + MODELO ATUALIZANTE (RAMOS, 1983)							
TEORIA NORMAL (MARSDEN; TOWNLEY, 2001)							
METANARRATIVA (REED, 2007)	PONTOS DE INTERSEÇÃO / DEBATES (REED, 2007)					INTER-RELAÇÃO METANARRATIVA PARADIGMA	PARADIGMA (BURRELL; MORGAN, 1979)
	EPISTEMOLOGIA	ONTOLOGIA	TEÓRICO	ANALÍTICO	NORMATIVO		
Racional	Positivista	Realística	Estrutura	Global	Individualista	Positivismo Objetivismo	Sociologia Funcionalista
Integração	Positivista	Realística	Estrutura	Global	Coletivista	Positivismo Objetivismo	Sociologia Funcionalista
Mercado	Positivista	Realística	Estrutura	Global	Individualista	Positivismo Objetivismo	Sociologia Funcionalista
TEORIA CONTRANORMAL (MARSDEN; TOWNLEY, 2001)							
METANARRATIVA (REED, 2007)	PONTOS DE INTERSEÇÃO / DEBATES (REED, 2007)					INTER-RELAÇÃO METANARRATIVA PARADIGMA	PARADIGMA (BURRELL; MORGAN, 1979)
	EPISTEMOLOGIA	ONTOLOGIA	TEÓRICO	ANALÍTICO	NORMATIVO		
Poder	Convencionalista	Construtivista	Atuação	Local	-	Teoria Marxista	Estruturalismo Radical
Conhecimento	Convencionalista	Construtivista	Atuação	Local	-	Símbolo/Cultura Org Teoria do Ator-Rede	Sociologia Interpretativo
Justiça	Convencionalista	Construtivista	Atuação	Local	-	Teoria Crítica	Humanismo Radical

Figura 1 – As inter-relações entre os modelos heurísticos, os paradigmas e os pontos de interseção
 Fonte: elaborado pelos autores a partir das contribuições de BURRELL e MORGAN (1979); MARSDEN e TOWNLEY (2001); RAMOS (1983); REED (2007).

5 O DESENVOLVIMENTO ALICERÇADO EM PREMISSAS SUSTENTÁVEIS

Nesta seção serão apresentadas contribuições de diferentes autores que evidenciam um movimento social rumo a uma realidade amparada por um paradigma pautado por valores de sustentabilidade social, econômica e ambiental.

O conceito de desenvolvimento sustentável teve suas origens na Conferência das Nações Unidas sobre o Homem e o Meio Ambiente realizada em Estocolmo em 1972. Todavia o tema ganhou abrangência mundial somente com a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada no Rio de Janeiro em 1992. Neste evento foi elaborada a Agenda 21, documento que contém orientações detalhadas para resolver o paradoxo da coexistência entre progresso tecnológico e aumento da miséria (CLAPP, 2005).

O relatório ‘Nosso Futuro Comum’, também consolidado na década de 1990, introduziu a definição de desenvolvimento sustentável como sendo aquele que permite a geração atual suprir as suas necessidades, sem comprometer as condições de subsistência das gerações futuras (NOSSO FUTURO COMUM, 1991).

A problemática ambiental, razão principal para as discussões sobre um desenvolvimento sustentável, adquiriu um patamar de influência global. Não é mais possível tratar este tema por uma ótica unilateral oriunda de um pequeno grupo de pesquisadores, organizações, universidades e órgãos governamentais. As contribuições que promovam orientações construtivas às resoluções das calamidades existentes precisam estar alicerçadas em sólidas bases de conhecimentos interessadas em amparar gerações presentes e futuras através da aliança entre preocupações sociais, ambientais e econômicas.

De acordo com Zioni (2005) para a solução desses problemas e desequilíbrios evidenciados propõe-se um novo paradigma de sustentabilidade, que parta da crítica do conhecimento existente, e evolua do monoculturalismo ao multiculturalismo de tal forma que o domínio global da ciência

moderna não possa silenciar os outros saberes, e assim, emancipe-se um conhecimento que consiga discernir a objetividade da neutralidade.

Existe a imprescindibilidade de se qualificar um modelo de pensamento, um paradigma de compreensão da realidade que englobe pontos de interseção de diferentes abordagens teóricas e que seja capaz de identificar o desenvolvimento sustentável como um fenômeno socioeconômico necessário e passível de explicação pelas diferentes ciências.

O princípio da sustentabilidade surge no contexto da globalização como marca de um limite e o sinal que reorienta o processo civilizatório da humanidade. A crise ambiental veio questionar a racionalidade e os paradigmas teóricos que impulsionaram e legitimaram o crescimento econômico, negando a natureza. A sustentabilidade ecológica aparece assim como um critério normativo para a reconstrução da ordem econômica, como uma condição para a sobrevivência humana e um suporte para chegar a um desenvolvimento duradouro, questionando as próprias bases da produção (LEFF, 2008, p.15).

Brunacci e Philip Jr. (2005) assumem uma postura similar ao discorrerem sobre a não permanência da era de conquistar o desenvolvimento econômico sem qualquer restrição e à custa de prejuízos ambientais. Há de se compreender a insuficiência de fatores naturais, dos quais dependem a sobrevivência social do planeta. É ainda mais importante reconhecer que após a geração presente outras virão e também habitarão neste mesmo território. Urge o rompimento com a filosofia do crescimento ilimitado, uma vez que o desenvolvimento insustentável apresentará limites de esgotamento em tempos breves, caso as tendências sociais e econômicas não sejam transformadas em prol do bem estar da população mundial (DIAZ, 2002).

A crescente atividade econômica de acordo com Ramos (1983) promove inovações tecnológicas, aumento da consciência científica dos trabalhadores, produção contínua, consumidores exigentes, consumo elevado de energia mecânica, elevada razão entre capital e trabalho, predomínio de trabalhos altamente especializados, escassa *piramidação* nas relações de trabalho, elevados padrões morais, abundância comunicativa, decisões coletivas, elevada sensibilidade da organização e rapidez na correção de seus emergentes desajustamentos.

Tais fenômenos sociais ressaltam a dicotomia do sistema capitalista continuamente incrementada pelas consequências da globalização. Leis (2002, p.208) considera que em um cenário como este, "a continuidade de uma ordem internacional baseada exclusivamente no tradicional Estado-nação tende a reproduzir a desigualdade social e política entre os países ricos e pobres do mundo (além de aumentar o grau de irreversibilidade da situação)".

Silva e Scherer-Warren (2005, p.144) complementam ao considerarem que

o processo de modernidade do mundo contemporâneo está atrelado ao de globalização e uma análise crítica, a partir desse contexto, pode ser referida com base em alguns critérios como as formas de redimensionamento da divisão social do trabalho internacional, o individualismo fragmentário e concorrencial mantenedor de um paradigma liberal e as questões referidas ao Estado, especificamente a fragilidade deste no que toca a perda de soberania em relação aos países hegemônicos.

Leis (2002) dá sequência às considerações dos autores ao afirmar que a opção por não operar as transformações demandadas pela globalização na dimensão política supõe acreditar ingenuamente que a economia mundial fará o serviço da política. Estas discussões sobre as questões inerentes ao desenvolvimento sustentável são intrínsecas a preceitos críticos, uma vez que o questionamento ao sistema econômico imperante é fatídico mediante as problemáticas socioambientais vivenciadas.

A insuficiência estatal e a ineficiência do setor privado impedem que as questões ambientais e sociais sejam plenamente respondidas. Observa-se a necessidade de se reinstitucionalizar modelos, normas, valores e mitos que já não atendam a sociedade em seus anseios por melhor qualidade de vida. Emerge, então, uma nova interpretação sobre o funcionamento econômico e social do mundo, representada por um novo paradigma, o da sustentabilidade, entendido como aquele que

expressa hoje o desejo de quase todas as sociedades, em qualquer parte do mundo, por uma situação em que o econômico, o social e o ambiental sejam tomados de maneira equânime. Então, não basta apenas haver crescimento econômico, avanço tecnológico e as instituições; e, sim, pensar na revolução tecnológica e no arcabouço institucional objetivando o bem-estar social com a amplitude a este inerente (MONTIBELLER F., 2007, p.59).

Este paradigma apresentado por Montibeller F. (2007) explica e fundamenta o desenvolvimento sustentável junto às ciências organizacionais. Entretanto, ainda é necessário analisar se este é validado pelos modelos heurísticos, paradigmas e pontos de interseção apresentados neste artigo. Da confirmação desta validação espera-se extrair um modelo de compreensão da realidade amparado por um paradigma possível de ser explicado por um corpo teórico que alinhe a interdisciplinaridade da sustentabilidade e os choques paradigmáticos das teorias organizacionais.

6 MODELOS HEURÍSTICOS, PARADIGMAS E PONTOS DE INTERSEÇÃO À COMPREENSÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O estabelecimento de um conceito avançado de desenvolvimento sustentável deve abranger critérios como avaliação de saúde, segurança e ética, engajamento de atores internacionais quanto a parcerias, e instigação de um comprometimento social pautado por planejamentos e investimentos interessados em fatores de longo prazo (ROCO, 2008).

Esta nova realidade é promotora de uma emancipação social, caracterizada, principalmente, pela legitimação urgente do paradigma de sustentabilidade, o qual retira os ferramentais decisórios de uma unilateralidade e os insere em um multilateralismo interdisciplinar. Por esta nova compreensão da realidade as ciências sociais se fazem presentes com uma miscelânea de ideologias e interpretações, as quais, em conjunto, reafirmam a necessidade de um novo agir das organizações e nações para com as questões ambientais.

Os modelos heurísticos de Ramos (1983) evidenciam a existência e a permanência do sistema capitalista, o “representante legítimo e universal da racionalidade, cuja proposta era libertar o homem do reino das necessidades pelo uso científico dos recursos naturais e econômicos do planeta, pela adaptação do conhecimento científico à produção, processos que criariam riquezas incessantemente” (ZIONI, 2005, p.41).

No entanto, a historicidade do capitalismo confirma uma realidade diferente, através da qual não foram promovidas ações de desenvolvimento benfeitoras a todas as sociedades e ao meio ambiente. Essa discrepância resulta na observância de práticas econômicas oriundas de nações qualificadas em diferentes níveis de atuação desse sistema. Existe, ainda, uma relação de subordinação entre diferentes países, logo, persiste uma diferenciação social, econômica, política e institucional entre essas regiões.

Ao redor do mundo existem nações ainda no modelo arcaico, grande parte no modelo de transição e poucas no modelo atualizante. Logo, não é possível negar o capitalismo, mas é possível discuti-lo rumo a uma nova realidade sustentável. As nações iniciantes, medianas e avançadas no exercício do sistema capitalista participam de condições suficientes para implantarem em suas pautas discussões sobre premissas sustentáveis (RAMOS, 1983; CLAPP, 2005).

Todavia, o tratamento destas questões exige uma imparcialidade econômica e política, situação difícil de ser encontrada em grande parte dos países. As questões financeiras, e os jogos de interesse que cercam a promoção de um desenvolvimento sustentável impedem sua efetividade. Entretanto, a sociedade não consegue mais permanecer alienada aos acontecimentos socioeconômicos manifestos com degradações ambientais.

Ainda que qualificados por algumas especificidades, cada modelo heurístico proposto por Ramos (1983) contém a capacidade de tratar o desenvolvimento de uma nação por uma complexidade sustentável. A diferença ocorre na diferença das ações tomadas, uma vez que alguns países poderão prevenir-se de problemáticas socioambientais, e outros apenas conseguirão realizar a tentativa de remediar séculos de destruição do meio ambiente.

Discussões inerentes a ordem econômica do mundo, sistemas de organizações sociais, e considerações conjunturais de fatores internacionais, apesar de interessantes, não residem no escopo deste estudo, logo, esta análise breve foi necessária apenas para que os modelos heurísticos fossem caracterizados junto ao tratamento do desenvolvimento sustentável. Estes modelos representam o espaço macro de discussão das teorias organizacionais, assim, em um contexto de questionamento das estruturas institucionais atuais, ainda permanece a indagação sobre um

possível paradigma predominante (e não dominante) na explicação e exploração científica do desenvolvimento sustentável.

Um paradigma abrange quatro conceitos: ética (axiologia), epistemologia, ontologia e metodologia. A ética questiona: Como serei como pessoa moral no mundo? A epistemologia: Como conheço o mundo? Qual a relação entre o investigador e o conhecido? A ontologia levanta questões básicas a respeito da natureza da realidade e da natureza do ser humano no mundo. A metodologia concentra-se nos melhores meios para a aquisição do conhecimento sobre o mundo (DENZIN; LINCOLN, 2006).

Para esta discussão serão consideradas as contribuições de Burrell e Morgan (1979), Marsden e Townley (2001), e Reed (2007), as quais estão estruturadas no **Quadro 6**.

Conceitos	Teoria Normal	Teoria Contranormal
Epistemologia	Positivista	Convencionalista
Ontologia	Realística	Construtivista
Metodologia	Predominância empírica	Dialógica e dialética
Paradigmas	Sociologia funcionalista	Estruturalismo radical Sociologia interpretativa Humanismo radical

Quadro 6 – Os conceitos paradigmáticos

Fonte: elaborados pelos autores a partir das contribuições de BURRELL e MORGAN (1979); MARSDEN e TOWNLEY (2001); REED (2007).

Enrique Leff (2007, p.65) admoesta que uma estratégia epistemológica preocupada em tratar do desenvolvimento sustentável “cobra sentido como uma luta no campo do conhecimento contra as ideologias teóricas geradas por uma economia generalizada e um pragmatismo funcionalista”. Para ele estas abordagens não apenas desconhecem o processo histórico de distinção, constituição e especificidade das ciências e dos saberes, mas também as estratégias de poder no conhecimento que cobrem o terreno ambiental.

Burrell (2007, p.448), diz que a “dimensão que mais irrita os funcionalistas na área, mas também diz respeito a todos aqueles que acreditam nos valores do debate, argumentação e compromisso, é a noção de incompatibilidade” paradigmática. O que não se pode esquecer é que o funcionalismo representa uma base científica, assim como cada um dos paradigmas defendidos por Burrell e Morgan (1979).

O que se propõe através das pesquisas atuais, segundo Denzin e Lincoln (2006) é uma análise interdisciplinar dos diversos paradigmas por meio de verificações de perspectivas em transições. Os autores defendem que temas inseridos em uma realidade complexa e amparados por variáveis de diferentes níveis de influencia não podem ser definidos, compreendidos e explicados por um único modelo de observação da realidade.

Negar uma vertente paradigmática é o mesmo que esquecer suas contribuições. O desenvolvimento sustentável requer o multiculturalismo para o tratamento de suas premissas, e este apenas pode ser esclarecido por considerações oriundas de diversas maneiras de observação do mundo. Cada paradigma possui seus prós e contras em análises vinculadas ao desenvolvimento sustentável. É possível conceber a ideia de que a sustentabilidade assume para si a responsabilidade de promover a ciência através de uma mescla de paradigmas.

Diferentes paradigmas precisam desenvolver um exercício de diálogo a fim de que as abordagens inseridas na teoria normal e contranormal promovam o desenvolvimento das ciências organizacionais por meio de suas divergências. O movimento de responder uma análise crítica, e não somente o exercício da crítica sem qualquer contribuição, pode promover este alicerce multiparadigmático em inúmeras pesquisas que tratem sobre o desenvolvimento sustentável junto às teorias organizacionais.

Assim, de toda a análise realizada concebe-se o seguinte: o desenvolvimento sustentável, em seu tratamento científico diretamente relacionado ao comportamento das organizações, é valorizado por uma contribuição teórica multiparadigmática, possível de ser explorada e aplicada nos diferentes

modelos heurísticos abordados, capaz de dialogar com os debates estabelecidos pelos pontos de interseção apresentados, e que não promova uma ciência unilateral, mas sim um conhecimento interdisciplinar por meio da agregação de fatores contributivos ao homem, à sociedade, à economia, ao meio ambiente e à ciência.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo foi realizado com o objetivo de estabelecer um diálogo entre diferentes abordagens teóricas da Administração e relacioná-las à temática 'desenvolvimento sustentável'. Desse esforço esperou-se extrair um modelo de compreensão da realidade amparado por um paradigma possível de ser explicado por um corpo teórico que alinhe a interdisciplinaridade da sustentabilidade e os choques paradigmáticos das teorias organizacionais.

Para que a viabilidade do estudo fosse garantida, uma vez que inúmeras são as possibilidades de classificação dos paradigmas e diversas as abordagens de interpretação da realidade, foram selecionadas as contribuições oriundas dos modelos heurísticos de Ramos (1983), dos paradigmas de Burrell e Morgan (1979) e dos pontos de interseção propostos por Reed (2007).

Por meio do estudo realizado foi possível constatar que o paradigma sustentável, ou seja, aquele que fundamenta as premissas de um desenvolvimento sustentável, não representa algo inédito à academia, uma vez que agrega questionamentos críticos já abordados em tempos anteriores por outros autores. Ramos (1989), por exemplo, no prefácio do livro 'A nova ciência das organizações: uma releitura da riqueza das nações' já declarava o prejuízo social oriundo da aplicação de teorias da organização centralizadas em mercados, por dificultarem a atualização de possíveis novos sistemas sociais, necessários à superação de dilemas básicos da sociedade.

O mesmo autor complementa que essas teorizações estão inseridas em um modelo dominante, ilusório e desastroso, pois não admitem explicitamente sua limitada utilidade funcional. Estas críticas representam parte das discussões abordadas pelo desenvolvimento sustentável, no entanto, pelo tratamento deste tema, elas adquirem uma complexidade de complementação. Ocorre uma proposição de estudo, análise e resolução das calamidades apresentadas por meio de uma interligação paradigmática coerente e contributiva para a sociedade, economia e meio ambiente.

O exercício crítico, inerente às discussões envolvidas por este tema, deve atender aos anseios sociais por meio de contribuições teóricas interessadas em promover o bem-estar social em um desenvolvimento econômico que não degrade o patrimônio ambiental do planeta. Considera-se então, que o paradigma da sustentabilidade, de acordo com as explorações e conjecturas aqui realizadas, reúne características dos paradigmas apresentados por Burrell e Morgan (1979). Esta união ressalta a assertiva de Lincoln e Guba (2006) sobre a possibilidade científica de coexistência harmoniosa entre os diferentes paradigmas. A interrelação dessas abordagens faz da verdade algo não absoluto e questionável, e passível de ser explorada por diferentes fontes do conhecimento.

Esse caráter multiparadigmático se estende aos modelos heurísticos de Ramos (1983), pois, pelos assuntos desenvolvidos foi possível observar que discussões orientadas ao desenvolvimento sustentável podem ser inseridas nos três modelos defendidos pelo autor. Do relacionamento entre os modelos heurísticos, paradigmas e pontos de interseção, alcançou-se o seguinte resumo, apresentado no **Quadro 7**.

	Modelo de Metanarrativa Interpretativa	Paradigmas Burrell e Morgan	Debate Atuação Estrutura	Debate Construtivista Positivista	Debate Local Global	Debate Individualista Coletivista
Normal	Racionalidade	Sociologia Funcionalista	Estrutura	Positivista	Global	Individualista
	Integração	Sociologia Funcionalista	Estrutura	Positivista	Global	Coletivista
	Mercado	Sociologia Funcionalista	Estrutura	Positivista	Global	Individualista

Contranormal	Poder	Estruturalismo Radical	Atuação	Construtivista	Local	-
	Conhecimento	Sociologia Interpretativa	Atuação	Construtivista	Local	-
	Justiça	Hum an is m o Radical	Atuação	Construtivista	Local	-

Quadro 7 – Teorias organizacionais com respectivos paradigmas e pontos de interseção à compreensão do desenvolvimento sustentável

Fonte: BERTERO (2001); BURRELL e MORGAN (1979); MARSDEN e TOWNLEY (2001); REED (2007).

Por meio do quadro verifica-se que os pontos de interseção propostos por Reed (2007) confluem de uma segmentação teórica defendida por Marsden e Townley (2001) entre teorias organizacionais normais e teorias organizacionais contranormais. Estas englobam todas as metanarrativas interpretativas de Reed (2007), que por sua vez assumem suas compreensões por meio dos paradigmas de Burrell e Morgan (1979).

Não existe, portanto, um paradigma representativo do desenvolvimento sustentável, uma vez que seu tratamento junto às ciências organizacionais pode ocorrer por teorias normais, funcionalistas, realistas, estruturais, individualistas e coletivistas, com enfoque analítico predominantemente global; e, teorias contranormais, convencionalistas, construtivistas, teoricamente prioritárias da atuação, e cujo enfoque analítico reside no localismo.

Em síntese, o desenvolvimento sustentável é um fenômeno capaz de ser compreendido em nível macro pelos três modelos heurísticos de Ramos (1983), discutido pelos quatro paradigmas de Burrell e Morgan (1979), e explicados pelos quatro debates (pontos de interseção) propostos por Reed (2007).

Os modelos heurísticos de Ramos (1983) denunciam as características gerais de uma nação ou região frente ao nível de implantação e desenvolvimento do sistema capitalista. Esta condição macro permite ao pesquisador identificar os malefícios confluentes do sistema e analisá-los por meio de estudos que promovam soluções coerentes.

Para a realização destas pesquisas assume-se uma posição paradigmática ou multiparadigmática. Nesta última, são utilizadas as contribuições mais assertivas de cada paradigma proposto por Burrell e Morgan (1979) para o pleno desenvolvimento de uma pesquisa que conflua na solução da problemática investigada. Esta, em específico, é colocada a prova por meio dos pontos de interseção de Reed (2007), cujos debates previamente apresentados permitirão uma observação mais completa da realidade macro vivenciada, uma orientação sobre as contribuições paradigmáticas selecionadas.

As contribuições desses autores, evidenciadas ao longo de todo o artigo permitem uma melhor compreensão do desenvolvimento sustentável como avesso ao monoculturalismo e adepto ao multiculturalismo. Trata-se de um tema instigante e possível de ser explorado pelas diversas abordagens teóricas oferecidas pelas ciências organizacionais, ainda que estas sejam díspares em termos epistemológicos.

O exercício proposto por meio deste estudo resultou em um ensaio teórico potencialmente capaz de promover inúmeros estudos futuros que complementem este esforço inicial. Teoricamente, existe a possibilidade de se encontrar teorias organizacionais que mais se adaptem aos preceitos de um desenvolvimento sustentável; e, empiricamente propõe-se a realização de pesquisas interessadas em analisar a contribuição dos modelos de gestão para o desenvolvimento de diferentes ações empresariais orientadas por quesitos de sustentabilidade.

REFERÊNCIAS

BERTERO, C.O. Nota técnica: a coruja de minerva: reflexões sobre a teoria na prática. In: CLEGG, S.; HARDY, C.; NORD, W.R. (Orgs.) **Handbook de estudos organizacionais**: reflexões e novas direções. São Paulo: Atlas, 2001, p.57-60.

BRUNACCI, A.; PHILIP Jr., A. Dimensão humana do desenvolvimento sustentável. In: PHILIP Jr, A.; PELICIONI, M.C.F. **Educação ambiental e sustentabilidade**. Barueri: Manole, 2005, p.257-283.

BRUNDTLAND, G.H. **Our common future, World Commission on Environment and Development.** Oxford: Oxford, 1987.

BURRELL, G. Ciência normal, paradigmas, metáforas, discursos e genealogia da análise. In: CLEGG, S.R; HARDY, C.; NORD, W.R. (Orgs) **Handbook de estudos organizacionais:** modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais. São Paulo: Atlas, 2007, p.437-460.

BURRELL, G.; MORGAN, G. **Social paradigms and organisational analysis:** elements of the sociology of corporate life. Great Britain: Heinemann Education Books, 1979.

CLAPP, Jr. Global environmental governance for corporate responsibility and accountability. **Global Environmental Politics.** v.5, n.3, 2005, p.23-34.

DEMO, P. **Metodologia do conhecimento científico.** São Paulo: Atlas, 2000.

DEMO, P. **Pesquisa e construção do conhecimento:** metodologia científica no caminho de Habermas. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

DENZIN, N.K.; LINCOLN, Y.S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: _____. **O planejamento da pesquisa qualitativa:** teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed, 2006, p.15-42.

DIAZ, A.P. **A educação ambiental como projeto.** 2 ed. Trad. de F. Murad. Porto Alegre: Artmed, 2002.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa.** 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GARCIA, J.R.; MINUZZI, J. As tarefas sob a luz das metáforas das organizações de Morgan. In: SIMPÓSIO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 2005, Bauru. **Anais...** Bauru: XII SIMPEP, p.10, 2005.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GLASER, B.G.; STRAUSS, A.L. **The discovery of grounded theory:** strategies for qualitative research. New York: Aldine, 1967.

JABAREEN, Y. Building a conceptual framework: philosophy, definitions, and procedure. **International Journal of Qualitative Methods,** v.8, n.4, p.49-62, 2009.

KINCHELOE, J.L.; McLAREN, P. Repensando a teoria crítica e a pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N.K.; LINCOLN, Y.S. (Orgs.) **O planejamento da pesquisa qualitativa:** teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed, 2006, p.281-314.

KUHN, T. **The structure of scientific revolutions.** 2.ed. Chicago: University of Chicago Press, 1970.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental.** 4.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LEFF, E. **Saber ambiental:** sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

LEIS, H.R. Cidadania e globalização: novos desafios para antigos problemas. In: SCHERER-WARREN, I.; FERREIRA, J.M.C. (Orgs.) **Transformações sociais e dilemas:** um diálogo Brasil/Portugal. São Paulo: Cortez, 2002, p.197-210.

LINCOLN, Y.S.; GUBA, E.G. Paradigmas e perspectivas em transição. In: DENZIN, N.K.; LINCOLN, Y.S. (Orgs.) **O planejamento da pesquisa qualitativa:** teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed, 2006, p.163-168.

MARSDEN, R.; TOWNLEY, B. Introdução: a coruja de minerva: reflexões sobre a teoria na prática. In: CLEGG, S.; HARDY, C.; NORD, W.R. (Orgs.) **Handbook de estudos organizacionais:** reflexões e novas direções. São Paulo: Atlas, 2001, p.31-56.

MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. **Fundamentos de metodologia científica.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, G.A.; THEÓPHILO, C.R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.

MONTIBELLER F., G. **Empresas, desenvolvimento e ambiente**: diagnóstico e diretrizes de sustentabilidade. Barueri: Manole, 2007.

MORGAN, G. Paradigmas, metáforas e resolução de quebra-cabeças na teoria das organizações. In: CALDAS, M.P.; BERTERO, C.O. (Orgs) **Teoria das organizações**: série RAE-clássicos. São Paulo: Atlas, 2007, p.12-33.

NOSSO FUTURO COMUM. **Comissão mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento**. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

RAMOS, A.G. **Administração e contexto brasileiro: esboço de uma teoria geral da administração**. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1983.

RAMOS, A.G. **A nova ciência das organizações**: uma reconceituação da riqueza das nações. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1989.

REED, M. Teorização organizacional: um campo historicamente contestado. In: CLEGG, S.R; HARDY, C.; NORD, W.R. (Orgs.) **Handbook de estudos organizacionais**: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais. São Paulo: Atlas, 2007, p.61-97.

REICHERTZ, J. Objective hermeneutics and hermeneutic sociology of knowledge. In: FLICK, U.; KARDORFF, E.V.; STEINKE, I. (Eds.) **A companion to qualitative research**. London: SAGE, 2004, p.290-295.

RICHARDSON, R.J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

ROCO, M.C. Possibilities for global governance of converging technologies. **Journal of Nanoparticle Research**. v.10, n.1, 2008, p.11-29.

SCHWANDT, T.A. Três posturas epistemológicas para a investigação qualitativa. Interpretativismo, hermenêutica e construcionismo social. In: DENZIN, N.K.; LINCOLN, Y.S. (Orgs.) **O planejamento da pesquisa qualitativa**: teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed, 2006, p.193-218.

SILVA, S.L.; SCHERER-WARREN, I. As condições da democracia na sociedade global e multiidentitária. In: LEIS, H.R. (Org.) **Impactos da modernidade na condição humana**. Florianópolis: Insular, 2005, p.143-164.

ZIONI, F. Ciências Sociais e Meio Ambiente. In: PHILIP Jr, A.; PELICIONI, M.C.F. **Educação ambiental e sustentabilidade**. Barueri: Manole, 2005, p.39-58.